

que, além de "revelar o mecanismo desse estranho e poético mundo", quis "fazer que se ame esta forma popular de espetáculo e arte dramática" (p. 66), num volume em que até as fotos são poesia (ver o embevecimento das crianças assistindo à representação de Cheiroso, pp. 105, 111 e 112). Não nos esqueçamos, porém, ao nos deixarmos levar por esse poder encantatório, que o que muito valoriza o trabalho é ter sabido o Autor fazer dessa pesquisa "mais poética do que erudita" um estudo sério, em profundidade, sobre um dos aspectos mais desprezados desse pedaço de alma do povo, ingênuo certamente, mas tão importante para a compreensão do mundo de lenda e poesia constituído pelas raízes de nossa tradição, e que é, afinal, uma sondagem da alma popular de todos os tempos. — ALIETTE FONTANA.

CUNHA, Antônio Lopes — *Presença do romanceiro*, Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1967, 265 pp.

Ocioso dizer da importância da literatura oral nas variadas formas para os estudos de antropologia, sociologia e lingüística.

O Brasil possui uma rica literatura oral, tradicionalmente portuguesa mas mesclada de elementos africanos e indígenas, que se encontra em vias de homogeneização estrutural e temática ou de desaparecimento graças à expansão dos modernos meios de comunicação, entre estes, principalmente o rádio. Daí ser possível lamentar não ter merecido uma maior atenção por parte dos estudiosos. Certamente não podemos nos olvidar dos valiosos trabalhos desenvolvidos por Sílvio Romero e Pereira da Costa, em fins do século passado e começo do atual. Entre os contemporâneos alinham-se, no nordeste, Luís da Câmara Cascudo, Manuel Cavaicanti Proença, há pouco falecido, e Theo Brandão, contando o Brasil-sul com os estudos de Rossini Tavares de Lima, Brasil Bandecchi e Bráulio de Nascimento, organizador da obra aqui resenhada e autor da premiada monografia sobre "Processos de variação do romance", publicada pela *Revista Brasileira de Folclore*, em 1964.

*Presença do romanceiro* foi concluído há cerca de vinte anos e contém versões colhidas até 1948. Consta de 71 versões maranhenses de 33 romances. Uma cuidada introdução ocupa as 15 páginas iniciais. No final do livro o leitor encontrará a música de alguns romances (D. Barão, Nau Catarineta, Conde Alberto, D. Branca).

Da introdução cumpre destacar os dados biográficos de Celso Magalhães, escritor maranhense cedo roubado às letras, incansável pesquisador da literatura oral corrente nas áreas urbana e suburbana de São Luís, sobre quem o exigente Sílvio Romero, através da *Revista Brasileira*, em 1879, assim se manifestou: "Seu trabalho, o primeiro na data, é ainda hoje o melhor pelo critério". Nesta parte Antônio Lopes tece considerações gerais sobre a versificação dos romances, analisando rapidamente os aspectos lingüísticos fundamentais.

É ainda na introdução que revela o método usado na coleta, nada ficando a dever aos mais experimentados investigadores profissionais. De suas ponderações transcrevemos: "O nosso trabalho vimos, desde que iniciamos pesquisas acerca das sobrevivências do romanceiro hispano-americano no Maranhão, que não poderia se selecionar textos menos deturpados e esperar achar os relatores mais bem dotados de que fala Carolina Michaëlis, pois dadas as circunstâncias em que se encontram as tradições populares no Brasil e a ignorância das camadas do povo que ainda se lembram dos romances e xácaras, o que se impunha era acolher todas as versões que não fôssem propriamente ineptas. Ademais, não sendo o nosso problema a resolver idêntico ao da reconstrução dos romanceiros de Portugal ou Espanha, a questão da seleção de textos desaparecia diante da necessidade de acolher o máximo de material ainda encontrável, a fim de proporcionar estudo comparativo. Quanto à escolha de relatores, que fazer, se todos se equivaliam ou se equivalem?" (p. 8).

Abeberando-se primeiramente em Celso Magalhães o autor ampliou a área de indagação. Movido sempre pela curiosidade e meticulosidade científica recolheu material para seus estudos em vasta região do estado do Maranhão, abrangendo os municípios de Alcântara, Caxias, Vitória do Mearim, Viana, São João dos Patos, Pastos Bons, Coroatá etc. Também não desprezou as versões recolhidas por investigadores do porte de Curt Nimuendaju, Raimundo Lopes e Milton Barbosa Lima.

O texto de cada versão é confrontado com os romances peninsulares publicados por Teófilo Braga, Carolina Michaëlis, Almeida Garrett e Menéndez Pidal.

Todos os romances são analisados em sua linguagem, mormente o vocabulário e a sintaxe, mostrando o arcaísmo do falar em certas regiões brasileiras, a que Pinder denominaria a "não-contemporaneidade do contemporâneo".

Não descuidou o autor de um aspecto importante, ou seja, a ambientação ecológica do romance que se adapta, como esforço de sobrevivência, ao seu meio físico e social. Arguto e sucinto escreve: "Por vezes, no elaborar suas versões, o povo maranhense resumiu ou sintetizou a mais não poder o romance que lhe viera de além-mar. Outras vezes, produziu lições mais extensas do que muitas dos peninsulares. Não raro desambientou, no todo ou em parte, o romance do meio europeu, trazendo a ação para o brasileiro, e, ainda, introduziu personagens e incidentes que criou" (p. 12).

Como as investigações lingüísticas sobre o português falado no Brasil estão necessitando de um enfoque sociológico, mais que de uma simples descrição, o trabalho de Antônio Lopes, além de seu valor documentário, apresenta-se como sugestivo roteiro. — ERASMO d'ALMEIDA MAGALHÃES.

ROCHE, Jean — *Une source de Canaã* — comunicação apresentada ao V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Coimbra, 1966, 48 pp.

Tendo como base o processo, instruído por Graça Aranha, sobre os acontecimentos que envolveram Guilhermina Lübke, a partir da qual foi elaborada a personagem Marla de *Canaã*, Jean Roche procura restabelecer o verdadeiro procedimento de Graça Aranha, assim como verificar o material aproveitado por ele na elaboração de seu romance.

Deste modo começa por mostrar os erros cometidos por Renato de Almeida, quando este admitiu que Graça Aranha estava convencido da inocência de Guilhermina Lübke. Apoiado nos documentos relativos ao processo, afirma o A. que "dans le dossier rien n'indique que Graça Aranha ait cru à l'innocence de Guilhermina jusq'à décembre 1890" (p. 6).

Por outro lado, o exame dos documentos tem grande importância no sentido em que permite surpreender algumas fontes de criação de que se serviu o autor de *Malasarte*, pois, afirma J. R.: "L' étude détaillée du dossier révèle que le procès a eu des influences plus larges et plus profondes sur l'action du roman, comme sur les caractères de nombreux personnages, entre autres la dénonciatrice de Marla et surtout Paulo Maciel, le juge municipal de *Canaã*, à qui Graça Aranha donne non pas le rôle qu'il lui-même tenu, mais celui qu'après coup il aurait sans doute avoir joué à Porto do Cachoeiro, le beau rôle qu'il veut que nous le prêtions. Et l'histoire vécue de Guilhermina a permis à Graça Aranha de tisser et tendre les fils de l'action du roman, non seulement grâce à ce qu'il en a conservé, mais surtout grâce à ce qu'il en a modifié ou omis volontairement." (p. 7)

Assim, feitas estas restrições e colocados esses objetivos, Jean Roche inicia o estudo exaustivo do processo e de toda documentação a respeito, como um hábil advogado para descaçalmar a verdadeira posição e comportamento de Graça Aranha, verificar os elementos de que se aproveitou na elaboração do romance e apontar os dados comuns entre ambos e as modificações introduzidas pelo romancista.

Ao revés do que se tem dito, nos documentos arrolados por Jean Roche, fica claro que Graça Aranha jamais vacilou em condenar Guilhermina, absolvida pela Câmara Criminal, cujo acórdão nega todo o processo por viciado, imperfeito e